



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

**Requerimento Nº , de 2019.
(Da Sra. Alice Portugal)**

"Requer a realização de Audiência Pública para debater a escalada do desemprego no Brasil e a necessidade da manutenção dos critérios técnicos e científicos do IBGE em suas aferições."

Senhor Presidente,

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o índice de desemprego no Brasil aumentou para 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro, atingindo 13,1 milhões de pessoas. O percentual era de 11,6% no trimestre anterior. De acordo com o instituto, a alta representa a entrada de 892 mil pessoas na população desocupada.

Diante da gravidade desses números, o presidente Jair Bolsonaro, ao contrário de demonstrar-se preocupado e adotar medidas para combater a escalada vertiginosa do desemprego, preferiu a criticar a metodologia empregada pelo IBGE, para medir a taxa de desemprego no País.

Utilizando-se de seu costumeiro "achismo" e exibindo mais uma vez sua irresponsabilidade, Bolsonaro afirmou: "com todo respeito ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

IBGE, essa metodologia, em que pese ser aplicada em outros países, não é a mais correta. (...) Tenho dito aqui, fui muito criticado, volto a repetir, não interessam as críticas. Tem de falar a verdade".

Trata-se do clássico caso daqueles governantes que, confrontados com dados que atestam o fracasso de sua política, opta por mudar quem afere os dados, mudar a metodologia de aferição, mudar tudo, menos a política desastrosa que os números mostram.

Em outubro do ano passado, depois de eleito presidente, Bolsonaro disse à TV Bandeirantes que pretendia mudar a metodologia do IBGE para calcular a taxa de desemprego porque os beneficiários do Bolsa Família são contabilizados como empregados.

Em nota, o IBGE afirmou na época que o levantamento segue padrões internacionais. O instituto também negou que beneficiários do Bolsa Família não são considerados empregados.

Independente do que pensa e de como age o atual presidente da República, o dado alarmante é a explosão do desemprego no Brasil, já situado em 13,1 milhões de pessoas. Isto requer do Congresso Nacional a adoção de medidas e atitudes responsáveis, na busca de soluções que protejam as famílias brasileiras desse desastre crescente.

Por esta razão, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, a realização de Audiência Pública da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público destinada a debater a escalada do desemprego no Brasil e a necessidade da manutenção dos critérios técnicos e científicos do IBGE em suas aferições.

Requeiro ainda que sejam convidados para esta audiência pública as seguintes autoridades:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

1-Sr. Claudio Dutra Crespo, diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

2-Sr. Bernardino Jesus de Brito, presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE;

3-Sr. Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP;

4-Sr. Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;

5-Sr. Adilson Gonçalves de Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB;

6-Secretário de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia.

Sala da Comissão, em de abril de 2019.

Alice Portugal
Deputada Federal